

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia dez do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dez minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita da 39ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Verificado o quórum de instalação o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos como detalhado a seguir.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença registro: Gian Guglielmelli (SES/MG); Alice Matos (SRS Gov. Valadares); Rita Daniela Medina (FGV/MPF); Felipe Nisiyama (Ministério da Saúde); Aline Pacheco (AEDAS); Rosemara Silva (SRS Coronel Fabriciano); Thais Cavendish (Ministério da Saúde); Flávia Nogueira Ferreira; Rodrigo Leite (SMS Rio Doce); Thaís Motta (Ministério da Saúde); Cristiany Pietro (Convidada); Rafaeli Brune (IEMA); Canuta Rosa Barbosa (Pref. de Belo Oriente); Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde); Roberto Laperriere (SESA/ES); Augusto Marchon Zago (SRS Colatina); Ana Arias (FGV/MPF); Paloma Pitre (FGV/MPF); Maria de Fátima Nadir (Pref. De Barra Longa); Ricardo (SRS de Vitória); Ana Beatriz (SRS Ponte Nova); Caroline Sangali (Pref. Gov. Valadares); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva (Coord. de Saúde do Trabalhador/MS); Carlos Eduardo (SRS Ponte Nova); Marilene Romão (Pref. De Mariana); Alyne Chirmirci (Ramboll/MPF); Iara Ervilha (Ministério da Saúde); Ivan Brum (Pref. de Resplendor); Silvia Reis (Ministério da Saúde); Cristiane (Comissão de atingidos); Izabel dos Santos Oliveira (ASPERQD); Jadilson Oliveira (CRQ Degredo); Luciana Andrade (ASPERQD); Thaliana Piovezana (Rosa Fortini); Flávia Cunha (E&Y); Edvânia (Comissão de atingidos); Simone Nunes (Comissão de atingidos); Dandara Silva Cabral (ASPERQD); Cláudia Laureth (FLACSO); Miriam Santos (FLACSO); Joice Miranda (Comissão de atingidos); Paula Souza (Fundação Renova); Wagner Elísio Tonon (Fundação Renova); Bruna Carvalho (AEDAS); Bruna Carvalho; Fernanda Viegas (Fundação Renova); Alyne Chirmirci (Ramboll/MPF); Paula Cambraia de Mendonca Vianna (Fundação Renova); Kelly Cavalete Cardoso (Fundação Renova); Ronize Gomes Do Nascimento (Fundação Renova); Brígida Gusso Maioli (Fundação Renova); Augusto Marchon Zago (SRS Colatina); Marina Sacramento (SEPLAG/MG); Luiza Surita (FGV/MPF); Marcelo Sacco (E&Y); Anderson Pacheco (Fundação Renova); Olyverson Porto (Fundação Renova); Gilson Dias Junior (Fundação Renova).

Pauta Geral - Restrita	
Pauta	Discussão
<p>1. Pauta Geral</p> <p>a) Apresentação dos participantes;</p> <p>b) Aprovação das Atas 37ª e 38ª ROs da CT-Saúde.</p>	<p>A coordenação questionou aos membros e representantes da Fundação Renova se há alguma consideração às atas 37ª e 38ª Reuniões Ordinárias da CT-Saúde, registro que não houve manifestações.</p>

	<p>Levada à deliberação, registro aprovação das Atas da 37ª e 38ª ROs da CT-Saúde.</p>
<p>Encaminhamento E39.1</p>	<p>O secretariado deverá encaminhar as atas aprovadas para publicação.</p>
<p>2. Informes GTs:</p> <p>a) GT-Água:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamentos do GT-Água; • Nota técnica quando ao cálculo de incerteza laboratório; • 8º boletim trimestral; 	<p>Item “a”: Alice Matos informou que o GT-Água finalizou o 8º Boletim trimestral e este será apresentado na 51ª RO do CIF e será disponibilizado no <i>hotsite</i>. Na sequência disse que o GT elaborou NT quando ao cálculo de incerteza laboratório. Registrou que as considerações foram discutidas com a Fundação Renova, mas para formalização o GT elaborou a NT.</p> <p>Jadilson Oliveira registrou que a comunidade do Degredo tem certas desconfianças do laboratório Tommasi. <u>Dandara Cabral registrou que os técnicos da ASPERQD acompanharam algumas coletas no território que foram questionáveis do ponto técnico, informou que a ATI solicita ponto de pauta para apresentação do controle de qualidade adotado pelo laboratório Tommasi.</u></p> <p><u>Augusto Marchon informou que a vigilância ambiental de Linhares elaborou um documento sobre as incossistências nos processos de qualidade das coletas do laboratório Tommasi, disse que vai tentar fazer resgate do documento.</u> A coordenação solicitou que o documento seja apresentado na 40ª RO como complemento à apresentação da ATI ASPERQD.</p> <p>Alice Matos destacou que o acompanhamento das coletas é facultada aos municípios, mas que devido a pandemia essa participação foi reduzida.</p> <p>Houve manifestações sobre a conservação das amostras durante as coletas, assim como a utilização de caixas de isopor o que está em dissonância com a legislação que determina o uso de caixas de polietileno.</p> <p>Joice Miranda informou que a comunidade também anseia o acompanhamento da vigilância sanitária durante as coletas no município. Simone Nunes disse que no território de Barra Longa o ponto de coleta é dentro de um lote de ponto individual.</p> <p><u>Levada à deliberação, registro aprovação da Nota Técnica 51/2020 da CT-Saúde:</u></p> <p>Alice Matos informou que a Fundação Renova já enviou o relatório anual do PMQACH e que o GT-Água já iniciou a elaboração de NT. Disse que falta as análises dos municípios de Ponte Nova, Mariana e Colatina. Sobre a revisão dos dois anos do plano de monitoramento, disse que falta as análises de Mariana e Ponte Nova, mas o GT já está elaborando a NT.</p>

<p>b) GT-Estudos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Informes GT-Estudos; 	<p>Informou que no dia 19/03 acontecerá reunião do GT com a participação da FR para discussão do relatório anual e revisão do monitoramento.</p> <p>A coordenadora do GT-Água informou que participou de uma reunião com a CT-IPCT e que a comunidade de Degredo se manifestou pela manutenção dos 24 pontos de coletas no território. Sobre os pontos da terra indígena de Comboios, ficou acertado que a CT-IPCT fará o diálogo com os indígenas para indicação dos pontos no território.</p> <p>Alice Matos informou que teve reunião com o nível central da vigilância de fatores não biológicos em Minas Gerais, na oportunidade eles apresentaram o histórico do rompimento de Brumadinho e que essa experiência será utilizada na revisão dos dois anos do programa de monitoramento.</p> <p>Gian Guglielmelli sugeriu que quando a NT de revisão do PMQACH estiver finalizada que seja agendada reunião com a CT-SHQA para alinhamento e validação da NT.</p> <p>Item “b”: Roberto Laperrière informou que o estudo de avaliação de riscos à saúde humana de Linhares está seguindo o rito para elaboração de NT, disse que estão em reunião com especialistas para discussão e análise dos estudos da porção Capixaba. Considerou que, de acordo com o cronograma de avaliação do GT-Estudos, a NT dos estudos de Linhares estará apta a apresentação e aprovação na próxima RO da CT-Saúde.</p> <p>Thais Cavendish solicitou à coordenação da CT-Saúde que contate a SECEX para que disponibilize a relatoria do ponto de pauta a ser discutido no CIF, para que o GT tenha conhecimento prévio à discussão. A coordenação informou que fez a “cobrança” por e-mail e em resposta a SECEX disse há possibilidade de disponibilização do documento somente no dia da reunião, mas que irão atualizar a CT assim que o documento for liberado.</p>
<p>Encaminhamento E39.2</p>	<p>Na 40ª RO da CT-Saúde a ASPERQD apresentará o “Controle de qualidade adotado pelo laboratório Tommasi”.</p>
<p>3. Discussão Ampla:</p>	<p>Item “b”: Rosemara Silva fez um breve resumo da reunião intercâmaras que aconteceu no dia 24/02, a pedido da CT-ECLET. A apresentação consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Rosemara Silva informou que a discussão ainda está em fase inicial, e os impactos ambientais ainda estão pendentes de discussão. Os presentes destacaram preocupação de possíveis danos à saúde com o manejo do rejeito e o material oriundo que será utilizado pela comunidade. Em suma, ficou acordado que a</p>

a) Análise do orçamento 2021 da CT-Saúde (PGs e 14);

coordenação solicitará à CT-ECLET que envie o projeto para conhecimento da CT-Saúde.

A coordenação sugeriu convidar a prof. Dulce, da UFOP, para apresentação da análise do manejo dos rejeitos.

Item “c”: Caroline Sangali solicitou à coordenação que elabore uma dinâmica que possibilite o retorno, ainda que parcial, das reuniões presenciais. Criticou que as reuniões virtuais impossibilitam foco exclusivo dos membros, uma vez que estão em sede de trabalho e as demandas se conflitam. Na sequência, apresentou a proposta do RefilMe, a apresentação consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas.

Thaís Cavendish disse que algumas empresas que apresentaram esse tipo de tecnologia, mas não tiveram o projeto aprovado por não deixarem claro qual a água que será oferecida, e que não teria muito sentido ter uma estação para redistribuição de água. Caroline Sangali informou que a água ofertada seria do SAAE, e que não farão o tratamento da água, seria uma distribuição por meio de bebedouros que tem um filtro a mais. Disse que a proposta é o município contratar as empresas e os custos serem absorvidos pela Fundação Renova e a parte do município é o fornecimento de água tratada.

b) Repasse da discussão Intercâmaras realizada no dia 24/02 solicitada pela CT-ECLET (Rosemara SRS Coronel Fabriciano);

Item “a”: Gian Guglielmelli fez a leitura da apresentação sobre o orçamento 2021 do PG14 enviada pela Fundação Renova. O documento consta em arquivo junto ao secretariado e está disponível para eventuais consultas. Augusto Marchon ponderou que os valores destinados às capacitações é extremamente alto, considerando que será em modalidade virtual e apenas dois servidores de cada município. Lembrou que foi solicitado à FR que enviasse a grade curricular do curso e até o momento não foi enviado.

Houve críticas quanto aos valores apresentados no orçamento, foi sugerido que seja solicitado à Fundação Renova o detalhamento dos custos de cada projeto destacado no documento do orçamento 2021.

c) Ofício N°147/2021/GAB/SMS (Pref. de Gov. Valadares);

Daniela Medina solicitou que o GT-Estudos faça discussão sobre os aspectos de capacitação.

Roberto Laperrière questionou à coordenação se há algum posicionamento do CIF na aprovação dos planos municipais em saúde, uma vez que o orçamento apresenado já consta a consideração da destinação de recursos aos planos judicializados. Informou que a SESA está recebendo os planos de ação municipais e não há nesses municípios os estudos de avaliação de risco à saúde humana, a exeção de Linhares. Questionou como deverá proceder na análise dos demais

<p>d) Análise e discussão dos pontos críticos da pauta aberta da 39ª RO da CT-Saúde.</p>	<p>municípios e qual o procedimento que será adotado pelo CIF quando esses planos chegarem lá para aprovação.</p> <p>Gian Guglielmelli informou que foi deliberado que a CT-Saúde deveria encaminhar à SECEX parâmetros mínimos que todos os planos de ação deveriam conter e acredita que esse seria o próximo passo por parte da CT. Roberto Laperrière cobrou celeridade nesse processo para evitar o acúmulo de projetos na SESA, disse que é necessário que os planos sejam apresentados no CIF mesmo que o encaminhamento seja que a aprovação não será nesse momento.</p> <p>Gian Guglielmelli disse que o GT-Planejamento fará a análise dos parâmetros mínimos e enviarão à SECEX. Rodrigo Leite ponderou o descumprimento, por parte da Fundação Renova, da deliberação CIF nº 435/2020, item 1. Disse que a deliberação foi questionada pela Fundação Renova e cobrou andamento junto ao CIF. A coordenação informou que consta na pauta da próxima RO do CIF o pedido de multa por descumprimento das deliberações CIF 434, 435 e 436, sobre os Planos de ação dos municípios de Mariana, Rio Doce e Belo Oriente.</p>
<p>Encaminhamento E39.3</p>	<p>A coordenação deverá solicitar à CT-ECLET o projeto apresentado na interCT, realizada no dia 24/02.</p>
<p>Encaminhamento E39.4</p>	<p>A coordenação deverá enviar à Fundação Renova ofício solicitando maiores informações sobre o orçamento 2021, incluir a cotação de preços. Ainda, consultar se há possibilidade de ampliação de participantes, considerando a modalidade on-line.</p>
<p>4. Pronunciamento dos atingidos</p>	<p>Jadilson Oliveira questionou como está a questão da execução dos estudos toxicológicos, epidemiológicos e de saúde mental, se já estiver começado, quem está executando e se já tem previsão de data para iniciar. A coordenação informou que a execução será realizada pela FAPES e FAPEMIG, no momento não tem cronograma para início das atividades dos estudos. Disse que houve manifestação da CT ao CIF declarando a insuficiência das informações enviadas pela Fundação Renova sobre os estudos que constam no eixo prioritário 2, item 10.1, e solicitando que a própria CT possa elaborar o termo de referencia para elaboração dos estudos toxicológicos e epidemiológicos.</p> <p>Jadilson Oliveira questionou sobre o status da implementação do Plano de ação em saúde de Linhares, em resposta, Roberto Laperrière informou que o plano foi apresentado na SESA e na primeira avaliação foi verificado que as informações dos estudos de avaliação de risco elaborado pela Ambios não tinham sido incluídas no plano, declarou que, extraoficialmente, foi solicitado ao município que fizesse algumas adequações.</p>

	<p>Ponderou que, paralelamente, o estudo está sendo avaliado dentro do GT-Estudos que trará mais robustez ao plano. Disse que na sequência o plano será enviado para apreciação e deliberação na SECEX/CIF.</p> <p>Joice Miranda ponderou que o município de Aracruz ficou ausente das discussões dos planos de ação, mas agora o município e a comissão de atingidos anseiam participar do processo de elaboração dos estudos e questionou se ainda há prazo para apresentação do plano de Aracruz. A coordenação informou que a CT fará a elaboração de bases mínimas para apresentação dos planos municipais em saúde, mas os municípios podem a qualquer momento apresentar seus planos.</p> <p>Joice Miranda solicitou apoio dos membros da CT-Saúde na elaboração do plano de Aracruz. Augusto Marchon informou que desde a gestão passada se colocou à disposição em dar suporte ao município na elaboração do plano de ação em saúde, ponderou que embora o município não pertença mais a SRS de Colatina reitera a disponibilidade. Joice Miranda disse que oportunamente agendará uma reunião com o sr. Augusto Marchon, os representantes do município de Aracruz e comissão de atingidos de Aracruz.</p>
--	--

Registro que a reunião se encerrou às dezesseis horas e quarenta minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e vinte e um.

No dia onze do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e dez minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, iniciou a discussão da **parte pública da 39ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Verificado o quórum de instalação o coordenador, sr. Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos, conforme detalhado a seguir.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Pauta Geral - Pública	
Pauta	Discussão
1. Informes Gerais: Aprovação das Atas da 37ª e 38ª ROs da CT-Saúde	A coordenação informou que as atas da 37ª e 38ª Ros da CT-Saúde foram aprovadas e seguirão para publicação.

2. Discussão Geral:

a) Atualização das pautas do GT-Água (Fundação Renova);

Item “a” e “b”: Ronize Nascimento informou que ficaram na dúvida sobre o item a ser apresentado pela Fundação Renova. Alice Matos lembrou que acordou com a Fernanda Viegas que este item foi acordado para que se caso a Fundação Renova tenha alguma atualização sobre as pautas discutidas no GT-Água possam trazê-las.

Brígida Maioli disse que trouxe a atualização quanto aos cálculos de incertezas, a apresentação consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas. Informou que, em atendimento às orientações do GT-Água, as análises de incertezas já foram atendidas. Sobre o boletim anual, disse que estão analisando a proposta de revisão e estão dentro do prazo para apresentação da manifestação.

Alice Matos informou que foi aprovada, na reunião de ontem, a NT nº51/2021 da CT-Saúde sobre o Cálculo de Incerteza e seguirá para conhecimento e deliberação no CIF. Posteriormente, fez leitura parcial da NT. Fernanda Viegas disse que o novo cálculo de incerteza não invalida os relatórios passados, registrou que as análises que virão a partir da data de corte, 17/02/21, seguirão as diretrizes a NT.

Jadilson Oliveira questionou que se houver uma amostra que esteja fora do parâmetro é o laboratório que decide se a amostra está dentro ou fora de conformidade, em resposta Fernanda Viegas disse que a regra de conclusão do laboratório atende a regra da legislação de limites permitidos para cada parâmetro, cabe ao laboratório fazer a comparação dos resultados com os limites permitidos.

Item “c”: Paula Cambraia apresentou o tema proposto, a apresentação consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas. Gian Guglielmelli questionou se o valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) é somente para a publicação do edital dos estudos epidemiológicos e toxicológicos, em resposta a representante da Fundação Renova informou que sim, esse valor será repassado para a FAPES e FAPEMIG quando as empresas estiverem já com o edital homologado e com a instituição vencedora contratada. Destacou que esse valor não é o que será destinado para realização dos estudos.

Questionada sobre os valores destinados para plano de ação em saúde do município de Barra Longa, Paula Cambraia disse que o valor destinado ao plano de Barra Longa é de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) divididos em 24 meses e o acordo da ação civil pública será executado no período de 2 anos e o valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) está destinado para o

**b) Nota Técnica quanto ao
“Cálculo de incerteza
laboratório” (GT-
Água);**

primeiro ano e no segundo ano haverá repasse para contratação de recursos humanos no mesmo valor.

Aline Pacheco ponderou que tem uma decisão judicial de fevereiro de 2021 favorável ao pedido da prefeitura de Barra Longa de substituição das obrigações relacionadas à saúde mental por aquisição de insumos e equipamentos, assim não teriam nenhum investimento de mobiliário, locação de saúde mental, profissional em saúde mental já que o município abriu mão do núcleo de atendimento psicossocial. Ponderou que é importante considerar essas alterações uma vez que diminuiria os valores destinados ao plano de ação de Barra Longa.

Paula Cambraia informou que o tema está sendo analisado judicialmente, destacou que o município solicitou uma substituição, uma nova alocação desses valores para outra ação, mas tudo ainda está sendo analisado juridicamente.

Daniela Medina destacou que esperava um orçamento mais detalhado. Sobre as capacitações, disse que a FR enviou ofício (nº 2021.0198) já falando do processo de contratação das empresas Prismas Consultorias e Kairós Desenvolvimento Social, que aparentemente foram escolhidas depois de um processo concorrencial entre empresas públicas e privadas. Questionou qual foi o termo de referência usado nesse edital de concorrência e se há algo mais transparente quanto ao processo de escolhas dessas empresas.

Paula Cambraia disse que todas as questões sobre capacitações devem ser enviadas formalmente e serão respondidas com a maior presteza. Disse que essa informação não foi trazida pois a solicitação em pauta era somente o orçamento detalhado. Acrescentou que a Prisma e Kairós foram as empresas vencedoras e para elas serão destinados o valor de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para realização das capacitações. Frisou que houve um processo concorrencial e para a logística das capacitações também foi realizado processo concorrencial.

Daniela Medina considerou que o orçamento é insuficiente, considerando as descrições das diferentes subatividades que estariam dentro de cada um dos seis pontos contemplados nas capacitações. A representante da Fundação Renova disse que se a representante do MPF quiser a CT pode solicitar maiores informações que serão prestadas com maiores detalhes de como se deu o processo concorrencial, destacou que houve instituições que foram proponentes, mas que tudo pode ser enviado à CT se solicitado via ofício.

Daniela Medina, pediu desculpas, mas disse que a solicitação não era uma curiosidade pessoal. Ponderou que está como

**c) Apresentação
detalhada do orçamento
2021 para o PG 14
(Fundação Renova);**

representante do MPF e estão numa Câmara Técnica, e se espera o detalhamento das ações planejadas dentro do orçamento e está sendo apresentado pela Fundação Renova a destinação de R\$1.4MI e as informações devem ser apresentadas com o maior detalhamento possível.

Rafaeli Brune questionou qual o orçamento do PMQACH, a representante da Fundação Renova informou que esse recurso não está alocado no PG14, mas sim no PG38. Brígida Maioli disse que o PMQACH consta detalhado no PG38 e o orçamento previsto é de R\$9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais) para execução do plano de monitoramento, disse que a informação foi detalhada no CIF. A representante do IEMA disse que o escopo do PG-38 foi ampliado e em determinado momento, em discussão na CT-SHQA, ficou acordado que o recurso para o monitoramento do PMQQS seria alocado no orçamento da CT-SHQA e o orçamento para o monitoramento do PMQACH seria alocado no PG14. Questionou ainda, qual CT está alocado o recurso do PMQACH, considerando que não pode ir para a CT-SHQA, pois acompanham apenas o monitoramento da água bruta.

Brígida Maioli disse que o entendimento da Fundação Renova, há mais sinergia e otimização do processo e por esta razão o valor está destinado ao PG38. Frisou que todos os monitoramentos acompanhados por todas as CTs que tenham pauta monitoramento da qualidade de água é executado pelo PG38. Rafaeli Brune disse que entende que os processos de monitoramento são executados pelo PG38, mas reiterou o questionamento sobre para qual CT é destinado o recurso do orçamento do PMQACH. A representante da Fundação Renova disse que orçamento é destinado à CT-SHQA.

A representante do IEMA disse que a CT-SHQA já emitiu NT informando que, considerando que o PG38 tem outros programas que interpassam as cláusulas do TTAC nº 177, 178 e 179, e NT nº 77, não é competência da CT-SHQA acompanhar a destinação do recurso. Brígida Maioli considerou que o CIF deve encaminhar a NT para análise da CT-Saúde e GAT e que vai consultar a governança se houve orientação do CIF para essa discussão.

Sergio Rossi ponderou que as definições de bases mínimas para execução do plano de monitoramento não vieram da CT-SHQA nem do PG38, e não é uma questão de sinergia de análise da Fundação Renova, a ação de monitoramento de água para consumo é uma ação da vigilância em saúde e a alocação do recurso dentro do PG38 é totalmente equivocada. Disse que vai

**d) Resposta ao Ofício
Nº147/2021/GAB/SMS
(Fundação Renova);**

aguardar a NT elaborada pela CT-SHQA chegar para apresentação de manifestação da CT-Saúde.

O representante do MPF criticou a apresentação enviada pela Fundação Renova em atendimento a solicitação de apresentação detalhada do orçamento do PG14 para 2021, registrou que o orçamento não foi detalhado a contento. Solicitou que a coordenação envie ofício à Fundação Renova para que apresente de forma detalhada o planejamento executado para a construção do orçamento, contendo minimamente, a metodologia de cálculo, o detalhamento de cada atividade, termo de referência de atividades já contratadas ou previstas, responsáveis pela execução de cada atividade e seus respectivos valores.

Jadilson Oliveira solicitou o envio da resposta do ofício que será enviado à Fundação com as informações do detalhamento do orçamento, a coordenação disse que após recepção dos documentos e análise da CT-Saúde os documentos entram em domínio público.

Daniela Medina registrou que o orçamento enviado é totalmente insuficiente, há informações de valores, mas não detalhamento de como se chegou nesses valores e não é opinião pessoal, mas que devido a experiência na área o detalhamento não está a contento. A exemplo dos municípios que elaboraram os planos de ação em saúde, todos os valores solicitados foram devidamente detalhados. Há critérios objetivos para apresentação de planejamento de alocação de orçamento e o detalhamento apresentado pela Fundação Renova a faz pensar que existe má-fé em relação a entrega dos documentos solicitados. E a resposta da Fundação Renova, ante os questionamentos apresentados é “ok. Envie ofício solicitando maiores informações que nós respondemos”. Ponderou que não é possível, uma vez que foi solicitado o detalhamento do orçamento, a CT ter que enviar um ofício solicitando que o detalhamento seja detalhado.

A coordenação registrou que todas as solicitações feitas em reuniões ordinárias são encaminhamentos destas, as reuniões são gravadas e há produção de ata, é formalmente hábil para produzir efeito e criticou a necessidade de envio de ofício para atendimento da solicitação que foi enviada por meio de pauta desta reunião com tempo suficiente para entrega e atendimento conforme solicitação.

Paula Cambraia criticou a fala da representante do MPF sobre “má-fé” da Fundação Renova e solicitou registro da fala em ata. Daniela Medina registrou que a fala foi no sentido pensamento (parece) e não afirmação, que podem chegar em outras hipóteses

a exemplo de que os técnicos não sabem elaborar um orçamento com detalhes mínimos.

Iara Ervilha registrou que não é a primeira vez que há solicitação de envio do detalhamento do orçamento para análise dos membros da CT-Saúde e é crítico receber às vésperas da reunião 3 *slides* sobre uma questão tão relevante, que é o dinheiro, por entendimento, público para uso nas ações de reparação aos atingidos. Ponderou que beira ao desrespeito com os componentes da CT que tem o ônus de avaliar com todo rigor a destinação dos valores e receber somente 3 *slides* sem maiores detalhamentos. Registro a crítica dos membros quanto a necessidade reiterada pela Fundação Renova de envio de ofício para atendimento da solicitação.

Wagner Tonon disse que as reuniões das CTs buscam esclarecer questões pertinentes, mas que, por entendimento, há questões que podem ser melhoradas a partir da comunicação. Ponderou que quando a Fundação Renova responde alguma solicitação do sistema CIF ou no âmbito judicial é baseada no entendimento da solicitação recebida e com o fim de atender as expectativas, mas entende que as expectativas não têm sido atendidas e a alternativa de oficializar as questões com maiores detalhes visa atendimento a contento da solicitação. Registrou que o envio não a contento, não representa má-fé, tampouco de obstrução por parte da Fundação Renova, se esses entendimentos são da CT ou de forma individualizada devem ficar de forma clara e registradas. Reiterou que não há má-fé e nem obstrução. Disse que a clareza nas solicitações possibilita melhor atendimento da solicitação.

Noelita Almeida disse que sobre os recursos destinados aos planos de reparação dos municípios ficou entendido que estão destinados somente para os municípios de Minas Gerais. Disse que não identificou a destinação de recursos para os municípios ao longo da Bacia do rio Doce no território do Espírito Santo e solicitou maiores detalhamentos.

Registro que a coordenação fez a leitura do encaminhamento E39.5 e informou o prazo 15 dias corridos para envio das informações solicitadas. A representante da Fundação Renova reiterou a solicitação de envio do pedido por ofício. Gian Guglielmelli ponderou que o momento da reunião serve para sanar possíveis dúvidas e evitar que seja recebido um outro ofício solicitando maiores informações das informações solicitadas nesta reunião. A coordenação registrou que enviará o ofício nesta data e que a resposta deve ser enviada até dia 25/03/21.

Item “d”: Paula Cambraia disse que a equipe do PG32 elaborou a resposta e esta foi enviada via ofício por e-mail e se caso houver

	alguma dúvida que seja encaminhada via ofício. Caroline Sangali solicitou que o tema seja discutido na CT.
Encaminhamento E39.5	A coordenação deverá enviar ofício à Fundação Renova solicitando envio do planejamento executado para a construção do orçamento, de forma detalhada contendo minimamente, a metodologia de cálculo, o detalhamento de cada atividade, termo de referência de atividades já contratadas ou previstas, responsáveis pela execução de cada atividade e seus respectivos valores. Prazo: 15 dias após recebimento do ofício.
3. Pronunciamento dos atingidos	Simone, representante da comissão de atingidos de São José do Goiabal, questionou quando os representantes da CT-Saúde irão no território, em resposta a coordenação informou que é necessário aguardar as condições da pandemia melhorar para organizar a visita. Dandara Silva solicitou participação da ATI nos grupos de trabalho. Mercia, representante dos atingidos, registrou que os atingidos e com ajuda da CT e do município elaboraram o plano em ação de saúde de Barra Longa e sem comunicação prévia o município fechou acordo com a Fundação Renova e chegaram num valor de R\$8MI sem a participação da comunidade. Criticou que a decisão foi tomada sem consulta aos atingidos e solicitou maiores informações e meios que possam seguir para busca do atendimento dos anseios da comunidade.

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, Gian Gabriel Guglielmelli, agradeceu a presença de todos e, às dez horas e quarenta minutos do dia dez do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 40ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia quatorze de abril de dois mil e vinte e um.



Clycia de Almeida Ferreira

Secretária Executiva da Câmara Técnica de Saúde

Gian Gabriel Guglielmelli

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde